



Relatório 2023

Ensino remoto emergencial e transições associadas

**ADILSON CITELLI
(COORDENADOR)**

Supervisão editorial
Adilson Citelli

Coordenação Editorial e Audiovisual
Douglas Calixto

Edição, finalização e revisão
Adilson Citelli
Ana Luisa Zaniboni Gomes
Douglas Calixto
Rogério Pelizzari de Andrade

Design e Editoração
Able Digital

Relatório (Ensino remoto emergencial e transições associadas)

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

E59 Ensino remoto emergencial e transições associadas [recurso eletrônico] / coordenação Adilson Citelli. – São Paulo: ECA-USP, 2023.

Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-88640-88-3

1. Educomunicação. 2. Comunicação. 3. Educação. 4. Ensino remoto. 5. Covid 19 - Impacto. 6. Tecnologias. I. Citelli, Adilson.

CDD 23. ed. – 302.2
Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado CRB-8/6194

O grupo de pesquisa Mediações Educomunicativas (MECOM), apoiado pelo CNPq e sediado no Departamento de Comunicações e Artes (CCA) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), publica relatório decorrente de investigação coordenada pelo Prof. Dr. Adilson Citelli e realizada junto à rede de educação básica para entender como os processos educativos formais ocorreram durante a pandemia do coronavírus, sobretudo no que diz respeito ao acionamento do ensino remoto emergencial.

O trabalho está sendo disponibilizado em suporte digital para franquear o acesso ao maior número de interessados no assunto em tela. A estrutura do relatório foi concebida no intuito de agilizar a consulta aos dados e suas análises, facultando aos leitores e leitoras navegarem pelos temas e seções interconectando-as conforme propósitos particulares.

Visando a conhecer os fundamentos da pesquisa, seus procedimentos metodológicos e análises efetivadas, basta deslizar a tela do computador ou smartphone, ou percorrer os itens do menu do lado esquerdo (na versão desktop) ou, ainda, pelo menu no topo da tela (na versão mobile).

Boa leitura!

APRESENTAÇÃO

Este relatório é parte do projeto de pesquisa “Comunicação e Educação: mediações tecnossociais no ensino básico (2020-2024)”¹, apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O que se lerá constitui um segmento da referida proposta e tem por título “Ensino remoto emergencial e transições associadas”. O seu objetivo principal está voltado ao exame dos impactos produzidos junto aos professores e professoras em exercício nas salas de aulas como decorrência da disseminação do coronavírus à altura de 2021. Vale dizer, a situação nova e inusitada trazida pela pandemia colocou enormes desafios ao sistema educacional brasileiro, requisitando o uso de modalidades de ensino com as quais docentes, discentes, dirigentes escolares e equipes técnicas tinham pouca ou nenhuma familiaridade.

Frente a tal cenário e tendo em vista o acionamento, em maior escala, do ensino remoto emergencial e dos formatos híbridos, dedicamo-nos a efetuar a presente etapa da pesquisa. O seu intuito foi tanto apreender os limites e possibilidades interpostas pelos dispositivos técnicos à atividade docente – sem os quais a ação educativa formal estaria comprometida naquele momento – quanto considerar ações que advieram nos primeiros momentos de volta às aulas presenciais.

O trabalho encontra-se abrigado no Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sendo implementado pelo Grupo de Pesquisa Mediações Educomunicativas (MECOM), sob a coordenação do Prof. Dr. Adilson Citelli. E contou com a contribuição dos seguintes pesquisadores associados: Dra. Ana Luisa Zaniboni Gomes, Ms. Douglas Calixto, Dra. Edilane Carvalho Teles, Dra. Eliana Nagamini, Dra. Gláucia Silva Bierwagen, Dra. Helena Corazza, Dra. Maria do Carmo Souza de Almeida, Dr. Michel Carvalho da Silva, Dr. Rogério Pelizzari de Andrade, Ms. Suéller Costa, Ms. Roberta Takahashi Soledade, Ms. Tatiana Garcia Luz de Carvalho, Ms. Wellington Nardes, mestranda Karen Pavani Goulart.

Realizada entre novembro de 2021 e junho de 2022, a investigação capturou, sobretudo, o momento em que o ensino presencial conhecia retorno, mas ecoando, ainda, a experiência pregressa dependente, em boa medida, dos mediadores técnicos para se efetivar os processos de ensino-aprendizagem.

E para acolher tais singularidades foram elencados alguns objetivos centrais: 1) entender como a introdução do ensino remoto emergencial durante a pandemia do coronavírus promoveu alterações nas práticas pedagógicas e mesmo nos estilos de vida de professores e professoras do ensino básico brasileiro; 2) verificar se a formação inicial dos/das docentes permitiu a adoção de procedimentos junto ao corpo discente em consonância com uma sociedade atravessada pelos dispositivos comunicacionais; 3) saber até onde o ensino realizado à distância – ancorado pela internet, smartphones, computadores, tablets etc., disponibilizados aos/às discentes – impactou na maneira de professores e professoras vivenciarem a aceleração social do tempo, filha dileta das tecnologias digitais.

Os pressupostos teóricos e metodológicos que nos orientaram estão imersos numa perspectiva interdisciplinar para a qual convergem três grandes referenciais, vindos eles dos campos da comunicação, da educação (e suas interfaces educacionais) e da linguagem.

Para tanto, evocamos o entendimento comunicativo-cultural de Jesús Martín-Barbero; a educação emancipadora freiriana; o dialogismo interativo bakhtiniano; o debate sobre o lugar das tecnologias na sociedade contemporânea provindo de Evgeny Morozov, Giselle Beiguelman e Shoshana Zuboff, e as reflexões envolvendo a aceleração social do tempo feitas por Hartmut Rosa, Carlo Rovelli e Jonathan Crary. Tais indicações – para ficarmos em algumas delas – transitam por elementos comuns, que pretendem garantir unidade conceitual e operacional à nossa pesquisa. Claro está que os inevitáveis encontros e expansões, cujas fontes localizam-se, por exemplo, nas sociotécnicas, nos configuradores culturais em circulação nas salas de aula, nos jogos de linguagem a alimentarem os discursos institucionais escolares e não escolares, ganham irradiação ao longo da pesquisa e estão citadas nas devidas passagens. Em síntese: as escolhas apontadas, em suas grandes linhas, possibilitaram que a investigação refletisse acerca do cenário, das práticas e mesmo das consequências da adoção do ensino remoto emergencial pelos/as docentes.

No afeito ao método e aos andamentos metódicos recolhemos dados obtidos por meio de questionário eletrônico – estratégia possível nas circunstâncias impostas pela pandemia – junto a professores e professoras, e, posteriormente, tabulados, sistematizados, tratados teoricamente e, nos casos pertinentes, categorizados e indicados como passíveis de generalização.

As linhas de força que orientaram a elaboração do questionário e das estratégias para encaminhá-lo percorreram as seguintes direções: identificar o perfil dos/das entrevistados/as e seus hábitos midiáticos; conhecer a infraestrutura das escolas, sobretudo quanto à existência e uso dos mediadores tecno-comunicacionais; verificar se os/as docentes possuíam equipamentos de uso pessoal voltados à realização das aulas e atendimentos remotos; analisar as estratégias adotadas pelas escolas visando ajustar as demandas requisitadas ao ensino praticado durante a pandemia; indagar sobre a formação inicial e mesmo continuada dos/das docentes para trabalhar com os dispositivos tecnológicos nos processos educativos; entender as mudanças pelas quais passaram os/as docentes, tendo em vista a necessidade de se adequar aos ritmos temporais ditados pelas sociotécnicas.

A pesquisa não respondeu a preocupações quantitativas e buscou elaborar um modelo definido pela metodologia do trabalho científico

como “representatividade não-estatística” (LOPES, 2003; THIOLENT, 2007). Isto é, pretendeu-se entender um pouco melhor como o grupo respondente do questionário poderia fornecer referenciais qualitativos que permitissem a elaboração de algumas categorias explicativas sujeitas a generalizações frente ao tema do ensino remoto emergencial praticado em escolas brasileiras.

Como aproximação ao grupo pesquisado aplicamos, por razões já explicitadas, o formulário eletrônico *Google Forms* com trinta e quatro questões fechadas, de múltipla escolha ou abertas, permitindo, eventualmente, mais que uma resposta à mesma pergunta, envolvendo quatrocentos e quarenta e sete docentes do ensino básico, sobretudo da rede pública e nos níveis fundamental e médio, com maior concentração no estado de São Paulo (59,7%,) seguido de Pernambuco (11,4%), Bahia (10,3%) e Santa Catarina (6%), para nos restringirmos às maiores indicações. Como poderá ser acompanhado no corpo do relatório, do citado número de questões, presentes no anexo II, a redação final do texto contemplou trinta e uma delas, haja vista agregações que se impuseram para a maior clareza expositiva e de argumentos.

O período para a coleta das informações ocorreu entre novembro de 2021 e junho de 2022, intervalo no qual as escolas buscavam alternativas de continuidade do trabalho pedagógico. O cenário naquele momento estava marcado por diversidades regionais; diferenças nas estruturas organizativas das redes educativas federal, estaduais, municipais, públicas, privadas; distintos níveis de espalhamento da pandemia pelos entes federativos; particularidades no exercício do ensino – indo do presencial, passando pelo semipresencial, pela hibridização dos formatos, até a exclusiva manutenção do remoto emergencial. Há casos, por exemplo, de municípios que só regressaram integralmente às aulas presenciais no decorrer do ano de 2022.²

Para a consecução deste relatório, o nosso cronograma de trabalho, que incluiu a tabulação e análise do material coletado, a construção de categorias capazes de ordenar o conjunto de perguntas/respostas do questionário e a elaboração do texto final, ocupou os finais de 2022 e os primeiros meses de 2023.

Os procedimentos utilizados para efetivação da pesquisa foram discutidos no âmbito do MECOM, em profícua experiência coletiva de mútuos aprendizados envolvendo um grupo com diferentes estágios de formação acadêmica, indo de mestrados a pós-doutores. Desses encontros, em parte realizados à distância, via Google Meet ou Zoom, haja vista limitações impostas entre 2021 e 2022 pelo chamado distanciamento social, resultaram a montagem do questionário enviado aos/às docentes, a tabulação dos

resultados, a discussão sobre os dados, a organização do documento final – nos dois últimos casos ocorreram, em maior monta, reuniões presenciais.

Visando a redação do relatório – sob a supervisão do coordenador do MECOM – formaram-se duplas ou trios no propósito de aprofundar a reflexão acerca dos dados compulsados, em distribuição realizada a partir de seis grandes centros de aglutinação: perfis docentes; infraestrutura escolar; dispositivos comunicacionais que os professores e professoras possuíam em suas casas; escola frente à pandemia; formação profissional docente; atividade remota e circunstâncias temporais vividas pelos/as docentes frente às novas dinâmicas profissionais requisitadas pela disseminação do coronavírus.

Tais núcleos foram arranjados e sistematizados em sete temas ou seções subtituladas e organizadas como pequenos artigos que, por sua vez, circularam pelos membros do grupo, *modus operandi* através do qual trocaram-se ideias, ajustaram-se conceitos, afinaram-se escritas. Enfim, houve a preocupação de fazer com que os temas e seções conhecessem integração, tendo em vista prover o relatório de fluxos e diálogos internos. Reside aqui o motivo pelo qual a ordem de abordagem das perguntas/respostas formuladas no questionário, conforme verifica-se no Anexo II, tenha, eventualmente, percorrido sequência um pouco diferente daquela exposta e analisada ao longo dos diferentes temas e seções. Decorre de tal planejamento expositivo a existência de remissões entre os núcleos temáticos, incorporações de respostas dos/das entrevistados/as, assim como possíveis análises das mesmas figuras e dados, malgrado serem tratados sob perspectivas particulares em cada seção.

O movimento entre o problema geral suscitado na pesquisa – concernente à introdução do ensino remoto emergencial nas escolas – e o exame amíúde dos dados a partir dos eixos temáticos e suas categorias internas, permite ao/a leitor/a reconhecer, sejam os planos diacrônicos, sejam os sincrônicos do material fornecido pelas fontes e que permitiu a elaboração do relatório.

Em boa medida, os dados aqui coletados vêm sendo tratados e discutidos pelos/pelas pesquisadores/as do MECOM, em atividades acadêmicas dentro e fora do Brasil, assim como publicados em *papers* e Anais de congressos e seminários.

O relatório, afora esta Apresentação, possui as seguintes partes: Análise dos dados expressos nas figuras e subdividida em temas e seções; Nota final; Delimitações vocabulares; Anexo I - Questionário de pesquisa; Anexo II -Audiovisual e podcast; Autores e autoras que participaram da redação do material.

Adilson Citelli
Coordenador

NOTAS

- 1- Este, por sua vez, mantém estreita continuidade com pesquisa anterior realizada pelo MECOM e publicada sob forma de relatório em 2020, com o título "Inter-relações comunicação e educação no contexto do ensino básico. São Paulo: ECA-USP." Disponível [aqui](#). Acesso: 4 mar. 2023. O referido material, realizados os ajustes e reorganizado editorialmente, pode ser encontrado em Citelli (2021).
[Voltar para nota no texto](#)
- 2- O arcabouço que acompanhou o Direito Educacional ao longo da pandemia é matéria recheada de nuances e que, de modo geral, pode ser pensada em

dois grandes movimentos: um, correspondente à substituição das aulas e demais atividades presenciais pelas remotas – com os seus ajustes híbridos -; outro, pela suspensão liminar dos fazeres educativos escolares – situação que foi, ao menos legalmente, suspensa em fevereiro de 2021. Apenas para exemplificar a complexidade do ponto de vista normativo, haja vista a existência de legislação federal, mas também estaduais e municipais: o Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (CEE), através da deliberação 201/2021 (21/07/21), fixou regramento voltado seja à ampliação da modalidade presencial, seja ao refazimento do cronograma para o segundo semestre de 2021; em 5/08/2021, o Conselho Nacional de Educação (CNE) baixou a resolução nº 2 visando a retomada das aulas presenciais e elaboração do novo tempograma escolar. Conquanto esta situação específica, que poderíamos chamar, à falta de melhor designativo, de “regramento legal na emergência”, o problema reside ou residiu no fato segundo o qual as leis, medidas provisórias, decretos, resoluções, portarias, pareceres, nem sempre haverem conhecido consecução do mesmo modo, tampouco ao mesmo tempo, no ensino básico brasileiro naquele período, haja vista, inclusive, o enredado panorama decorrente das idas e vindas da Covid 19 em suas implicações sanitárias e, relevantemente, políticas. Para acompanhamento da legislação aplicável à educação no período em tela, a despeito de tratar de forma mais direta do ensino superior, ver: Rodrigues e Birnfeld (2022).

[Voltar para nota no texto](#)

REFERÊNCIAS:

BIRNFELD, Carlos André. *Educação remota em tempos de pandemia e pós-pandemia*. Florianópolis: Habitus, 2022. Disponível [aqui](#). Acesso: 10 jan. 2023.

CITELLI, Adilson (org.). *Comunicação e educação: dinâmicas midiáticas e cenários escolares*. Ilhéus: Editus, 2021.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Pesquisa em comunicação. Formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Loyola, 2003.

MECOM. Mediações Educomunicativas. *Inter-relações comunicação e educação no contexto do ensino básico* [recurso eletrônico]. São Paulo: ECA-USP, 2020. Disponível [aqui](#). Acesso: 09 mar. 2023.

THIOLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Atlas, 2007.